

A CULTURA DO BOICOTE E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS: UMA BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES E O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

MARIANA JORGE MEDEIROS BATISTA DA SILVA*; JÚLIA MACIEL AUGUSTA MORATO**

*DEPARTAMENTO DE DESENHO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Resumo

O presente artigo, de caráter descritivo e analítico, tem como objetivo pautar, numa perspectiva histórica, econômica e antropológica, a utilização do movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) como ferramenta de ativismo político contra a colonização israelense nos territórios palestinos e a limpeza étnica praticada pelos mesmos. Para isso, são visitadas bibliográficas atuais e históricas, relacionando efeitos culturais e econômicos, bem como traçando paralelos entre diversas fontes, como escritos de intelectuais, relatórios econômicos, portais de notícias e outros meios de comunicação contemporâneos.

Palavras chave: Geopolítica; BDS; Conflito Israel-Palestina

Área temática: Relações Econômicas Internacionais

1. INTRODUÇÃO

Se desafiar a estudar e compreender a articulação, atuação e efeitos de movimentos por boicotes e desinvestimentos direcionados a Israel vai além de apenas examinar listas de compras individuais de consumidores. As siglas “BDS” representam três principais mandamentos desses ativistas: "Boicotar, Desinvestir e Sancionar", em essência, como forma de protesto não violento que busca atingir o Estado de Israel e seus apoiadores de modo social, cultural e financeiro. O movimento mundial pauta, para além do boicote direto a marcas associadas à ocupação do território palestino, o desinvestimento e sanções governamentais contra Israel, visando pressionar o país a cumprir o direito internacional e cessar suas políticas de *apartheid* e limpeza étnica em relação aos palestinos. O BDS convoca seus defensores a evitarem se associar a entidades culturais israelenses e a não colaborarem com universidades e acadêmicos israelenses acusados de perpetuar narrativas desumanizantes sobre palestinos e os territórios ocupados.

Guiadas pela tese de que o movimento BDS possui significativos impactos culturais, sociais e econômicos, as autoras deste trabalho se propuseram a realizar uma breve revisão bibliográfica de periódicos, relatórios, livros e entrevistas feitas sobre e pelo próprio movimento. As principais fontes de pesquisa deste estudo foram extratos de entrevistas e escritos de fundadores do movimento BDS, tais como Angela Davis e Nelson Mandela, análises de teóricas como M. C. Hallward e Abramovay, relatórios de impacto econômico do instituto *Brookings* e uma série de portais de notícias - em especial *Al Jazeera*, *New York Times* e *The Guardian*.

Após uma série incansável de revisões, entedemos que, para estipular as dimensões e possíveis consequências dos recentes movimentos, manifestações e acampamentos em solidariedade ao povo palestino, é de extrema necessidade realizar primeiramente um resgate histórico do que é o BDS e como seus ativistas vêm atuando no último meio século.

Historicamente, as táticas empregadas pelo BDS são documentadas como algumas das ferramentas mais eficazes no arsenal de estratégias não violentas. Adotar e utilizar essas táticas neste momento crítico para a humanidade é um imperativo moral. Nesse sentido, grupos organizados de consumidores se utilizam de sua capacidade ao escolher não consumir produtos/serviços de empresas que apoiam assentamentos ilegais no território ocupado da Palestina e/ou produzem armas e outros insumos empregados pelo exército israelense. Já o desinvestimento, por sua vez, se dá pelo processo no qual as organizações vendem suas ações, ativos e outros investimentos por motivos políticos, éticos e financeiros. Analogamente, os sindicatos de trabalhadores podem requerer que seus fundos de pensão deixem de investir nessas entidades e o mesmo vale para o corpo acadêmico de universidades com os mesmos rendimentos. Por sua vez, governos são chamados a priorizar contratantes com base em padrões éticos e fugir de parcerias com o país sancionado.

É interessante, antes de mergulhar no atual contexto geopolítico do Oriente Médio, compreender que o passado nos oferece inúmeras instâncias de boicotes bem-sucedidos. Nesse sentido, podemos considerar como antecedente a campanha na Inglaterra em 1791, que incentivou o boicote ao açúcar produzido por comerciantes de escravos (SIQUEIRA, 2018). Esse movimento culminou em uma diminuição nos lucros advindos da produção escravocrata de açúcar, assim como fortaleceu a opinião pública contra o tráfico de escravos transatlântico, contribuindo para sua abolição algumas décadas depois. O movimento demonstrou o poder do consumo ético e da mobilização popular em provocar mudanças sociais e políticas

substanciais, estabelecendo um precedente para futuras iniciativas de boicote e resistência civil.

Talvez o maior e mais conhecido caso de sucesso desse campo sejam os boicotes *anti-apartheid* na África do Sul, quando consumidores globais foram fortemente incentivados a verificar os rótulos (movimento “*Check the Labels*”) antes de adquirirem produtos que pudessem ser produzidos no país. Nesse contexto, muitas universidades aderiram ao movimento de desinvestimento, somando-se à pressão internacional e doméstica mais ampla sobre os governos ocidentais, desempenhando um papel catalisador no eventual desmantelamento do regime do *apartheid* em 1994. De maneira semelhante, também é possível citar o caso da marca *Nike*, alvo de vários grupos ativistas na década de 1990 devido à sua associação com o trabalho infantil — uma política que a empresa eventualmente alega ter revertido.

Se entende hoje que o BDS, focado especificamente no conflito Israel-Palestina, teve seu início oficialmente em 2005, após a Corte Internacional de Justiça declarar que as barreiras de segurança de Israel na Cisjordânia violavam o direito internacional. Essa decisão desencadeou um esforço mundial para chamar a atenção para a causa palestina e pressionar o fim das políticas de *apartheid* de Israel. Apesar de impetuosos apoiadores por todo o globo rapidamente aderirem às indicações do movimento, o BDS é também alvo de uma enxurrada de duras críticas. Dentre a comunidade que se posiciona em solidariedade ao povo palestino, uma crítica prevalente é de que os boicotes e desinvestimentos poderiam surtir impactos deletérios sobre o próprio povo árabe da região, diminuindo oportunidades de emprego e outras perspectivas econômicas, em vez de fornecer assistência (ABRAMOVAY, 2015). Nessa esfera, é interessante lembrar que argumentos semelhantes também foram usados contra boicotes e sanções direcionados à África do Sul na era do *apartheid* e não são críticas inéditas no contexto desse debate.

Incontestavelmente, a intensificação de conflitos políticos no fim de 2023 serviu como uma grande motivação para sustentar e expandir o movimento de boicote. O fato de Israel não ter interrompido suas operações militares de limpeza étnica e ocupação em Gaza por mais de seis meses, com repercussões geopolíticas mais amplas na região, significa que cidadãos de todo o mundo mantêm a questão ativa. É por isso que esta rodada de hostilidades levou a alguns dos mais altos níveis de ativismo em todo o mundo. Além disso, a rotulagem das atividades de Israel em Gaza como 'genocidas' por vários especialistas da ONU certamente ajuda a manter o movimento em agitação.

2. POR QUE BOICOTAR, DESINVESTIR E SANCIONAR?

Primeiramente, para a melhor decorrência deste estudo, se faz imprescindível estabelecer a conceitualização do movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções como um esforço grupal - e global -, embora autônomo, de instigar o boicote a companhias acusadas de serem cúmplices na ocupação dos Territórios Palestinos e no genocídio do povo árabe na região (AL JAZEERA, 2024). Em relação ao BDS, Maia Hallward contribui com nossa compreensão do movimento ao descrever sua experiência pessoal como ativista em diversos contextos:

“Quando criança, crescendo em um lar *Quaker* que pregava a paz, lembro-me de participar de boicotes de consumidores desde cedo, desde produtos da *Nestlé* devido à promoção de fórmula infantil em países sem água potável até o *Wal-Mart* por seu tratamento com

funcionários e fornecedores. Aprendi sobre a história dos *Quakers* de usar medidas econômicas para buscar uma ordem social mais justa, desde o uso de sistemas de preços fixos que tratavam todos os compradores igualmente até as roupas sem tintura do ativista antiescravidão John Woolman. Embora eu não fizesse a conexão com o ativismo econômico na época, tornei-me vegetariana aos 13 anos após aprender sobre as consequências ambientais da pecuária corporativa na floresta amazônica. Na escola, lemos *Kaffir Boy* de Mark Mathabane e aprendemos em detalhes gráficos sobre o regime do *apartheid*; todos nós comemoramos quando a África do Sul teve suas primeiras eleições abertas e democráticas em 1994. Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), que faziam parte da campanha global para acabar com a era do *apartheid* na África do Sul, foram vistos como um método não violento e bem-sucedido de aplicar pressão, e uma maneira pela qual a sociedade civil global - incluindo igrejas, universidades e indivíduos privados - poderia exercer sua influência.” (HALLWARD, 2013)

Baseado no depoimento pessoal de Hallward e em todos os pontos supracitados, podemos compreender o BDS como um movimento guarda-chuva formado por uma rede diversa de grupos e apoiadores autônomos com objetivos políticos variados, mas que se encontram nas exigências e na pressão econômica e cultural. Apesar desse apelo ter se iniciado por ativistas palestinos, é possível dizer que hoje se trata de um movimento internacional e transcultural. Também é interessante pensar que, embora o objeto de estudo deste artigo seja o conflito Israel-Palestina, o sistema BDS também pode ser empregado em outros contextos atuais, como a ocupação marroquina do Saara Ocidental, o imperialismo francês contra a autodeterminação do povo Kanak em Nova Caledônia e dentro do próprio Brasil, no boicote a produtos do agronegócio produzidos em terras indígenas e quilombolas.

Para alguns dos apoiadores do BDS, o objetivo de suas ações é meramente expressar e registrar publicamente sua solidariedade ao povo palestino e sua oposição ao domínio militar israelense. Para outros, no entanto, o movimento é uma estratégia concreta para alcançar objetivos políticos, seja ele o fim da ocupação colonial nos territórios palestinos e na Cisjordânia, a efetivação de uma solução de dois estados ou, inversamente, a dissolução de Israel como um todo e sua substituição por uma terceira configuração de estado, que inclua, por sua vez, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (DAVIS, 2015). Esse segundo grupo acredita que ao exercerem pressão sobre Israel e sobre companhias israelenses, tornarão o *status quo* muito mais custoso de se manter, de modo a, eventualmente, forçar Israel a mudar sua estratégia de ação, seja se retirando dos Territórios Palestinos ou encerrando o estado de *apartheid* e o corrente genocídio.

É importante também compreender o BDS como um sistema de múltiplas frentes, camadas e etapas. Para que se chegue ao ponto crucial de se estabelecer manifestações por boicote e sanções, por exemplo, é necessária a ação autônoma e coletiva de inúmeros ativistas mundo afora. Uma das pedras fundamentais desse longo e multifacetado processo é a identificação e rastreamento de companhias, pessoas jurídicas e atores financeiros e culturais que apoiam, investem ou lucram com a ocupação dos Territórios Palestinos. É apenas a partir desse primeiro passo que as próximas demandas e ações são planejadas e executadas. Nessa instância, destacam-se algumas coalizões e organizações ativistas, como o *Economic Activism Program of American Friends Service Committee* (AFSC), uma organização de raiz *quaker*

que busca promover paz com justiça, além de frequentemente nomear alvos para negociação e, caso necessário, boicote.

Como todo movimento guarda-chuva, o BDS se apresenta em diversas frentes e faces, reinventando continuamente suas táticas. O “S” no BDS advoga por sanções contra Israel, que envolvem a implementação de um embargo de armas e a interrupção da ajuda militar, bem como a descontinuação de relações comerciais e diplomáticas com Israel. Anteriormente, o BDS também se destacou por influenciar efetivamente fundos de pensão governamentais em Luxemburgo, Nova Zelândia e Noruega a desinvestirem de Israel. Contudo, alguns dos maiores exemplos de sanções governamentais se encontram, na verdade, no Sul global. Nesse sentido, o governo chileno suspendeu as negociações do acordo de livre comércio com Israel durante os ataques de 2014 a Gaza, após campanhas de parlamentares e palestinos no país. De forma similar, Bolívia e Venezuela cortaram laços diplomáticos com Israel e, em 2016, o Brasil recusou a nomeação de um líder colono como embaixador israelense no país.

Por outro lado, a União Europeia, que não endossa o BDS e tem laços robustos e abertos com Israel, autorizou a rotulagem de produtos fabricados em assentamentos israelenses na Cisjordânia para permitir que os consumidores evitem especificamente o consumo desses produtos. Nessa ação, a UE sinalizou aos israelenses duas coisas ao mesmo tempo: oposição firme aos assentamentos, enquanto rejeita a noção de que o Estado de Israel é, de alguma forma, ilegítimo. No projeto de cooperação científica *Horizon 2020*, por exemplo, a UE exigiu que os assentamentos fossem excluídos, ao mesmo tempo que oferecia amplo e generoso apoio à ciência e à academia israelenses. Com tal proposição, até mesmo o governo israelense liderado por Benjamin Netanyahu concordou em excluir os assentamentos do programa, embora a UE estivesse, na prática, tentando reafirmar a Linha Verde que separa Israel da Cisjordânia - uma fronteira que os governos Netanyahu, entre outros, têm se esforçado para obscurecer.

3. O LOCAL DE ISRAEL NA ECONOMIA GLOBAL

Para compreender plenamente os impactos que o BDS já teve e ainda pode exercer sobre Israel, é imprescindível considerar o extenso histórico de boicotes enfrentados pelo Estado desde o seu estabelecimento em 1948. Para o bem ou para o mal, esses movimentos têm impulsionado o governo israelense a desenvolver uma economia resiliente e flexível diante de sanções financeiras. Como resultado, Israel pode estar hoje menos vulnerável do que os ativistas do BDS almejam, refletindo uma capacidade de adaptação e resiliência econômica que moldou a resposta do país aos esforços de boicote.

O primeiro boicote a Israel se iniciou logo em sua fundação e se tratava de um boicote primário no qual os estados árabes se recusaram a negociar com o novo país, tornando-o uma ilha econômica. Esse momento significou uma elevação dos custos de comércio, aumentando a dependência de Israel a fornecimentos menos seguros de commodities básicas e recursos energéticos (MENAHEM, 2004). Paralelamente, existia também um boicote secundário pelo qual estados árabes limitavam drasticamente o número de empresas dispostas a negociar com o Israel que, até então, era visto mundialmente como um Estado pouco desenvolvido. Essa, então, foi uma época caracterizada pela dificuldade de encontrar, dentro de Israel, bens de consumo de marcas internacionais, como *Pepsi* e *Toyota*, assim como matérias-primas e bens de capital para abastecer a indústria israelense.

O boicote primário pelos países árabes perdura até os dias de hoje em certas medidas - com as notáveis exceções do Egito, Jordânia e mesmo algumas Autoridades Palestinas, que mantêm relações oficiais com Israel -, enquanto o boicote secundário, que era muito mais prejudicial à economia israelense, dissipou-se em grande parte após os Acordos de Oslo em 1993. Os Acordos marcaram a abertura das estradas israelenses para um forte fluxo de grandes marcas, desde montadoras de carros japonesas à aquisição da *SodaStream* - uma companhia israelense de refrigerantes - pela própria *Pepsi*. O conjunto dessas ações comerciais ajudou a impulsionar a economia israelense nos anos seguintes, tornando-se um destaque no contexto global.

Em decorrência dessas décadas de boicote árabe, a economia israelense precisou desenvolver habilidades para lidar, sobreviver e prosperar em meio a sanções. Um exemplo claro dessas novas habilidades é a forma como hoje empresas israelenses são versadas em utilizar subsidiárias em países terceiros para contornar os boicotes, onde ainda existem - como em grande parte do mundo muçulmano. Hoje, a própria economia israelense é muito menos suscetível a embargos financeiros e industriais uma vez que cresceu justamente em setores menos sensíveis aos boicotes. Uma análise dos dados de comércio internacional sugere que as exportações israelenses evoluíram para serem mais únicas e de maior qualidade, o que implica que os produtos israelenses não podem ser facilmente substituídos pelos consumidores (BAHAR & SACHS, 2018). Isso significa que, atualmente, boicotar com sucesso as exportações israelenses seria muito mais difícil do que em qualquer outro momento de sua história.

De acordo com Bahar e Sachs para o Instituto Brookings em 2018, Israel tem exportado cada vez mais bens diferenciados em oposição a bens homogêneos. Este último grupo se trata de bens que são facilmente substituíveis, enquanto os primeiros se referem a bens que são comercializados em mercados mais restritos e, portanto, menos propensos à competição e substituição. Isso acontece pois as exportações do país são, em sua grande maioria, de produtos de alta tecnologia, incluindo semicondutores e outras peças de computadores, bem como máquinas avançadas, produtos farmacêuticos e outros produtos categorizados como “diferenciados”. Ainda de acordo com as análises de Bahar e Sachs em 2015, cerca de 50% do valor das exportações israelenses eram bens que fazem parte desse grupo - um aumento de cerca de 15 pontos percentuais desde 1985. Para os autores, os dados eram claros: o crescimento da economia israelense nesse período era diretamente proporcional ao crescimento das exportações de bens diferenciados.

Além de serem produtos de difícil substituição, uma parte das exportações de Israel são conhecidas como “bens intermediários”, ou seja, itens que são incorporados em produtos finais mais complexos em outros países, tornando-os difíceis de identificar e rastrear sua origem como produto “israelense”. Nos primeiros doze anos de existência do movimento BDS, a economia israelense estava vivendo seu maior crescimento, aparentemente pouco afetada pelas campanhas por desinvestimentos.

Nesse contexto, a proposta radical de banir produtos israelenses afetaria consumidores em países que atualmente importam produtos finalizados a partir desses bens intermediários, além de ser extremamente complexo para os ativistas do movimento de boicote mapear esse circuito. A situação torna-se ainda mais difícil ao considerar que, muito possivelmente, o aparelho celular ou computador do qual o ativista se utiliza para buscar mapear e realizar essa pesquisa pode ser, primariamente, um produto de tecnologia israelense, quebrando o boicote muito antes do próprio começar.

Por fim, além das exportações, Israel, ao lado da Coreia do Sul, é país líder na proporção do seu PIB advinda de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - cerca de 4,5% de acordo com site *World Integrated Trade Solution* do Banco Mundial. Israel abriga atualmente grandes centros de P&D - e, em muitos casos, até mesmo instalações de produção - de algumas das maiores e mais bem-sucedidas corporações multinacionais. Isso, por sua vez, contribui para a qualidade e diferenciação dos produtos israelenses e torna ainda mais difícil para as empresas evitarem a indústria e a tecnologia israelenses.

Economicamente, portanto, um boicote de consumo parece menos uma ameaça credível do que o BDS, o governo israelense ou muitos nos Estados Unidos parecem acreditar: seria muito difícil impor uma proibição aos produtos comerciais israelenses, desde *hardwares* e *softwares* de computador, dispositivos médicos, produtos farmacêuticos, até bens de capital empregados na indústria pesada. Em outras palavras, uma parte significativa das exportações israelenses está em alta demanda - uma tendência que parece altamente provável de se manter - e a maioria dos consumidores (sejam empresas ou pessoas) seria incapaz de substituí-los ou relutaria em parar de consumi-los completamente. Em face a tais desafios, outra frente de ação do BDS é instigar o boicote, então, a empresas não-israelenses - em sua maioria estadunidenses e britânicas, mas não só - que possuem parcerias com Israel e/ou atuam em território invadido pelo país.

Um exemplo de parceria norte-americana identificado pelos ativistas é o caso da empresa de tecnologia *Cisco* que estabeleceu, em 2018, um acordo de longo prazo com Israel para desenvolver centros de *co-working* subsidiados pelo governo, visando a integração de pequenas cidades e regiões remotas à indústria de alta tecnologia. Alguns desses centros foram pelo menos parcialmente estabelecidos em territórios ocupados da Palestina e Síria (ocupação israelense da Cisjordânia e das Colinas de Golã é vista como ilegal sob o direito internacional).

Outro alvo comum do BDS é *Lockheed Martin*, a maior empresa militar do mundo, sediada em Maryland. Em uma investigação, a AFSC revelou que a companhia fornece armas ao governo israelense e que tais armas são, por vezes, "doadas a Israel através do programa de Financiamento Militar Estrangeiro do governo dos EUA". Concomitantemente, equipamentos fabricados pela empresa americana de tratores *Caterpillar* também foram doados a Israel através do mesmo programa e são rotineiramente empregados na demolição de propriedades palestinas.

Apesar das sólidas barreiras construídas com excelência por Israel em torno de sua economia, estudiosos que analisam o BDS e suas ações têm apontado, desde o início do que entendemos como o novo *Nakba* (outubro de 2023), novas situações que podem indicar uma onda de sucessos do boicote. Redes de *fast-food* como *McDonald's*, *KFC* - mesmo não estando diretamente ligadas a Israel, mas vistas como símbolo do 'imperialismo americano', principal aliado de Israel -, e *Starbucks* estão entre os maiores prejudicados do movimento atual, especialmente no Oriente Médio, justamente por se tratarem de bens hegemônicos de fácil substituição. Isso também explica por que empresas como *Google*, *Amazon* e *Oracle* - que foram identificadas pelo movimento BDS como ligadas a Israel - não foram tão afetadas, uma vez que não existem grandes *softwares*/plataformas que possam agir como alternativas.

Nesse sentido, é possível distinguir que a diferença entre um boicote eficaz e ineficaz reside na organização por trás dele. Enquanto movimentos locais de base frequentemente se esgotam uma vez que o ciclo de notícias muda, um esforço mais organizado pode sustentar o movimento, especialmente se a questão persistir no discurso público. Além disso, manchetes

que significam um nível nominal de sucesso podem atrair mais pessoas para o movimento em questão, representando um ponto de inflexão nos esforços dos manifestantes, construindo e consolidando uma cultura centrada no BDS.

4. O PAPEL DAS UNIVERSIDADES E O BOICOTE ACADÊMICO

Como já pontuado anteriormente, as universidades foram e são figuras de peso nos movimentos por boicote, desinvestimentos e sanções. De modo não inédito, 2024 tem sido um ano marcado por protestos em solidariedade ao povo palestino dentro de campi universitários mundo a fora.

Na última década, ativistas pelo desinvestimento de combustíveis fósseis tiveram grandes vitórias nos campi norte-americanos, com cerca de 250 instituições educacionais do país se comprometendo a retirar investimentos de empresas poluentes após ocupações e acampamentos. É importante esclarecer que este artigo não busca, em momento algum, assumir uma postura norte-centrada, muito menos priorizar a história estadunidense em detrimento da história mundial. Contudo, é necessário também pontuar a potência cultural do país em questão e a forma como suas ações e decisões têm o poder de ecoar e se alastrar por todo o globo, uma vez que possui posição hegemônica no cenário geopolítico e socioeconômico internacional (ARRIGHI, 1996).

O poder e impacto cultural de se falar desse movimento nos Estados Unidos é também parte de reconhecer o domínio imperialista do país na economia e na cultura mundial. Com todas as críticas que podemos tecer à hegemonia norte-americana, é interessante também reconhecer quando seus cidadãos se apossam desse poder em prol de causas sociais, uma vez que as ocupações das universidades dos EUA em 2024 receberam rápida e significativa atenção da mídia, o que levou o assunto a ser amplamente difundido globalmente e motivou a disseminação dos acampamentos para outros países.

As exigências do corpo acadêmico - incluindo servidores e professores - de que instituições acadêmicas, privadas e estatais retirem seus respectivos suportes a Israel não é uma demanda nova. De acordo com o portal árabe *Al Jazeera*, os estudantes estão pedindo que suas universidades tornem públicos seus investimentos em fundos patrimoniais e liquidem aqueles feitos em empresas e organizações ligadas a Israel e sua guerra em Gaza. Estudantes nos EUA e no exterior também estão pedindo que suas instituições cortem relações de parceria acadêmica com universidades israelenses e programas de intercâmbio, promovam um diálogo aberto sobre a guerra em Gaza, condenem a morte de civis palestinos e protejam estudantes, professores e funcionários que estão se manifestando a favor da Palestina. Uma das matrizes desse movimento é também denunciar, com forma imagética e simbólica, a inexistência de universidades no território palestino após o exército de Israel deliberadamente derrubá-las. Para esses alunos, se os jovens palestinos estão sendo privados do acesso à educação, toda a comunidade estudantil mundial deveria parar, olhar e refletir sobre esse genocídio.

Embora já tenha sido estabelecido nesse artigo que o BDS esteja presente dentro e fora de instituições de ensino há muitas décadas, ele tomou dimensões midiáticas nos meses de Abril e Maio do ano corrente com a abrupta onda de acampamentos dentro de campi universitários. As ocupações estudantis tiveram início na Universidade de Columbia, em Nova York, e rapidamente se espalharam não apenas pelo país, mas também pela Europa, e logo em seguida se estabeleceram no Sul Global, com acampamentos no Brasil, Bolívia, Argentina e México. A demanda central no cerne desses protestos é que as universidades cessem suas relações com Israel como forma de sanção à colonização e ao genocídio do povo

palestino. No caso das universidades norte-americanas, a pauta também envolve o desinvestimento em Israel. Diferente do Brasil, universidades dos Estados Unidos possuem investimentos patrimoniais que lhe rendem dinheiro para orçamento interno e muitas delas possuem esses investimentos em empresas ligadas a Israel de forma a, direta ou indiretamente, lucrar com a ocupação do território palestino e com a limpeza étnica da região.

No início de abril, um grupo chamado *Columbia University Apartheid Divest* (CUAD) publicou exigências em suas redes sociais, incluindo "Desinvestir todas as finanças de Columbia, incluindo o fundo de investimentos, de empresas e instituições que lucram com o *apartheid*, genocídio e ocupação israelense na Palestina. Garantir responsabilidade aumentando a transparência em torno dos investimentos financeiros." Outra organização, a *University of California Berkeley BDS Coalition*, exigiu, entre outras medidas, "o desinvestimento total da Fundação UC Berkeley e do Fundo de Investimento Geral da UC do estado de Israel e de todas as empresas que lucram com a colonização da Palestina." (GRAVER, 2024).

Na esfera dos fundos de investimento, protestantes que pedem o desinvestimento da guerra em Gaza escolheram alvos divergentes. Alguns grupos, como a *Yale University's Endowment Justice Coalition*, estão pressionando os administradores a abandonar investimentos apenas em fabricantes de armas especificamente. Por outro lado, estudantes da Universidade de Nova York vêm desde 2018 pedindo que a instituição desinvista em empresas como *Lockheed Martin* e *Caterpillar* - já citadas aqui. Contudo, a administração da universidade seguia firme em afirmar que estava em desacordo em usar os fundos patrimoniais para fazer declarações políticas, além de apontar o desafio operacional da proposta, uma vez que, em grande parte dessas universidades, os fundos são investidos através de gestores financeiros independentes que operam fundos nos quais os ativos estão misturados com outros, dificultando a seleção ou exclusão liberada das ações de certas empresas.

Historicamente, apelos ao desinvestimento de Israel vinham tendo sucesso mais discreto na academia apesar do forte esforço de seus ativistas. Quando esse texto começou a ser redigido, em abril de 2024, nenhuma universidade do país havia aceitado tais demandas. Mas estudar a história do tempo presente envolve estar em constante atualização e o cenário atual mudou drasticamente quando a Universidade de Evergreen - *alma mater* da ativista e mártir Rachel Corrie, assassinada pelo exército israelense quando era voluntária na Palestina em 2012 - foi a primeira universidade norte-americana a aceitar desinvestir do país. Na Europa, o sucesso dos acampamentos estudantis começou na Espanha, quando tanto a Universidade Complutense de Madri quanto a Universidade de Barcelona concordaram, no início de maio, com as exigências do corpo discente em cortar relações de intercâmbio com universidades israelenses. Até a conclusão da escrita deste artigo, o número de universidades ocupadas e de acordos aceitos crescia consideravelmente.

Em alguns casos, a vitória estudantil foi mais discreta, como quando a Universidade de Columbia afirmou que não acataria as demandas de desinvestimento, mas se propôs a desenvolver um cronograma acelerado para a revisão de novas propostas dos estudantes pelo Comitê Consultivo de Investimentos Socialmente Responsáveis, o órgão que considera questões de desinvestimento. A Universidade também aceitou tornar a lista dos investimentos diretos da Columbia pública para os seus alunos e aumentar a frequência das atualizações dessa lista de investimentos, tornando suas parcerias mais visíveis. Não muito longe dali, os estudantes da Brown University em Rhode Island concordaram em remover seu acampamento de protesto do campus após fecharem um acordo com a administração, no qual

o conselho da escola agendará uma votação sobre a questão do desinvestimento ainda este ano.

A presença do movimento nas universidades nos faz acreditar cada vez mais no desenvolvimento e consolidação do boicote como uma nova cultura internacional. Uma vez que vejamos grandes instituições como universidades tomando medidas para cortar laços com instituições prejudiciais, esperamos ver corporações, países e cidades seguirem o exemplo, iniciando efeitos em cadeia.

5. DESINVESTIR É POSSÍVEL?

Se fôssemos concluir nosso estudo agora, ousaremos concordar que, embora o desinvestimento provavelmente não tenha um grande impacto econômico sobre os fundos patrimoniais das universidades, sobre empresas parceiras ou sobre a economia israelense, o impacto político pode ser imensurável. O valor educacional desse processo talvez seja o maior de todos os impactos, sem mencionar ainda o impacto semiótico na imprensa internacional. O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu já mencionou publicamente os protestos estudantis em universidades americanas e há anos condena o BDS como um movimento antissemita. Para o bem ou para o mal, o movimento vem, sem sombra de dúvidas, captando olhares e chamando a atenção das massas para o conflito, de modo a contribuir com a quebra de silêncio quanto às violações de direitos humanos testemunhadas no conflito Israel-Palestina.

Se em 2018 Dany Bahar e Natan Sachs analisaram o efeito do movimento BDS na economia israelense e concluíram que o impacto foi, no máximo, pequeno, o mesmo não pode ser dito sobre 2024. Desde a eclosão da guerra no fim de 2023, o movimento tem estado mais forte que nunca e talvez ainda seja muito cedo para ousar estimar qualquer impacto, mas também seria incoerente afirmar que são nulos. Por exemplo, na listagem mais recente de seu desempenho trimestral, o conglomerado de café *Starbucks*, cujo fundador Howard Schultz é um declarado apoiador de Israel, registrou perdas significativas e vendas reduzidas. Isso foi acompanhado por notícias semelhantes na Malásia, país majoritariamente muçulmano, onde a famosa marca de fast food *KFC* anunciou o fechamento de quase 100 de suas filiais em todo o país. Em janeiro de 2024, o CEO do *McDonald's*, Chris Kempczinski, anunciou que a empresa sofreu um impacto comercial significativo após críticas de ativistas pró-palestinos quando imagens e vídeos nas redes sociais revelaram lojas franqueadas em Israel, controladas por empresa local, fornecendo refeições gratuitas para seus soldados lutando na guerra contra Gaza, o que despertou a ira do público árabe e alimentou pedidos de boicote.

De acordo com Afshan Subohi para a plataforma de notícias *DAWN* em 29 de abril de 2024, em desenvolvimento recente, o Grupo Alshaya, detentor da franquia do *Starbucks* no Oriente Médio, revelou planos de reduzir sua força de trabalho em cerca de 2.000 funcionários, representando aproximadamente 4% de seu total de funcionários. Já segundo Rameen Siddiqui, correspondente do Paquistão para site *Modern Diplomacy*, embora hesitem em emitir um comunicado oficial, altos funcionários das cadeias de lojas de departamento paquistanesas reconheceram privadamente uma mudança nas preferências dos consumidores em direção a opções locais para bebidas como refrigerantes, sucos, água engarrafada, leite embalado e produtos lácteos, incluindo manteiga, queijo, cremes e pastas. A repórter relata que nos últimos seis meses, houve uma tendência perceptível de cerca de doze pontos de venda de empresas ocidentais fecharem, com uma queda nas vendas relatada variando de 20% a 30%. Em resposta a essa mudança, marcas locais como *Cola Next* e *Gourmet Cola* expandiram rapidamente sua presença no mercado. Ao mesmo tempo, marcas

sem sucesso como *Master Cola* estão se preparando para reabrir suas fábricas fechadas para aproveitar a crescente demanda por bebidas domésticas.

Concomitantemente, desde 7 de outubro, vários aplicativos novos foram disponibilizados para escanear códigos de barras de vários produtos e informar os consumidores sobre as conexões israelenses dessas empresas. Embora sejam usados apenas por uma pequena porcentagem de pessoas, não é correto desmerecer esses números, Por exemplo, o aplicativo *No Thanks* foi baixado mais de 1 milhão de vezes e o aplicativo *Boycat* foi estimado em desviar mais de US\$2,5 milhões de empresas ligadas a Israel. O fato de a maioria dos produtos com tais conexões serem americanos e estarem presentes em todo o mundo facilita para os clientes em lugares como o Oriente Médio e o Sul da Ásia boicotarem esses produtos. Portanto, não é exagero dizer que o movimento BDS ganhou impulso e que seus sucessos irão impulsionar tal ativismo.

Em relação às conclusões, o poder dessa geração formada na cultura do boicote e do desinvestimento é capaz de alcançar mudanças significativas no comportamento do consumidor e nas políticas corporativas. Essa cultura, embora não seja universal, tem implicações econômicas substanciais, especialmente para empresas com operações em áreas politicamente sensíveis. No entanto, é importante reconhecer que os efeitos econômicos do BDS podem variar significativamente dependendo do contexto geopolítico e das respostas das empresas afetadas. O BDS é, e tudo indica, continuará sendo por muito tempo ainda, um movimento controverso, com alguns apontando suas limitações em alcançar objetivos econômicos sem o apoio de importantes parceiros econômicos. Comparar os movimentos de desinvestimento em Israel e na África do Sul é um processo complexo devido às diferenças na estrutura econômica e nas condições geopolíticas dos dois países. No contexto atual, o ciclo de notícias e as mídias sociais desempenham um papel crucial na ampliação dos boicotes além do escopo geográfico dos eventos. Com influenciadores das mídias sociais e o público usando plataformas como *TikTok*, *Instagram* e *WhatsApp* para discutir a questão Israel-Palestina, é menos difícil para os consumidores procurarem alternativas. Esses aplicativos ajudaram a espalhar a palavra pelo mundo, desde o Sudeste Asiático, Oriente Médio até o Ocidente, entre outras regiões.

Por fim, embora um boicote possa representar uma ameaça para Israel em certos aspectos, é importante reconhecer que seu impacto econômico geral pode ser limitado devido à estrutura de sua economia e ao apoio contínuo de importantes parceiros comerciais. Mais do que uma batalha econômica, o BDS representa uma luta cultural e psicológica, cujo sucesso a longo prazo depende de uma série de fatores, incluindo o desenrolar dos eventos geopolíticos e a resposta das empresas e governos envolvidos. Seguiremos atentas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, D. BDS: ajuda ou prejudica o movimento palestino?. *Malala, Revista Internacional De Estudos Sobre O Oriente Médio E Mundo Muçulmano*, v. 3, n. 4, 2015, p. 103-108.

AL JAZEERA. *Apartheid to fossil fuels: Columbia's history of divestment before Gaza*. 29 de abril de 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/4/29/apartheid-to-fossil-fuels-columbias-history-of-divestment-before-gaza>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Editora Unesp, 1996.

BAHAR, D.; SACHS, N. How much does BDS threaten Israel's economy?, *Brookings*. 26 de janeiro de 2018. Disponível em:

<https://www.brookings.edu/articles/how-much-does-bds-threaten-israels-economy/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BBC. *PepsiCo buys Sodastream for \$3.2bn*. 20 de agosto de 2018. Disponível em:

<https://www.bbc.com/news/business-4524475>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GRAVER, R. Divestment demands expanding to US businesses. *VOA*, 2 de maio de 2024.

Disponível em:

<https://www.voanews.com/a/divestment-demands-expanding-to-businesses-/7594595.html>.

Acesso em: 30 abr. 2024.

HALLWARD, M. C. *Transnational Activism and the Israeli–Palestinian Conflict*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

MENACHEM, N. *Israël, tensions et discriminations communautaires*. France: Editions L'Harmattan, 2004.

NOOR, D. How divestment became a 'clarion call' in anti-fossil fuel and pro-ceasefire protests. *The Guardian*, 24 de abril de 2024. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/us-news/2024/apr/24/university-fossil-fuel-divestment-student-protests-israel-gaza>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SARNA, A. Boycott and Blacklist. A History of Arab Economic Warfare Against Israel. *Politique étrangère*, v. 53, n. 1, 1988, p. 271-272.

SIDDIQUI, R. BDS Movement Decoded: Rethinking Economic Activism for Peace. *Modern Diplomacy*, 13 de maio de 2024. Disponível em:

<https://moderndiplomacy.eu/2024/05/13/bds-movement-decoded-rethinking-economic-activism-for-peace/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SIQUEIRA, F. Abolicionismo inglês e francês (1787-1833) em perspectiva comparada. *Revista História Comparada*, v. 12, n. 2, p. 35-64, 2018.

SUBOHI, A. Boycotting Israel - activism or self harm?. *DAWN*, 29 de abril de 2024.

Disponível em:

<https://www.dawn.com/news/1830163/boycotting-israel-economic-activism-or-self-harm>.

Acesso em: 30 abr. 2024.

WORLD BANK. *World Integrated Trade Solution*. 20 de maio de 2024. Disponível em: <https://wits.worldbank.org>. Acesso em: 30 abr. 2024.